

Educomunicação e currículo: uma análise a partir da Base Nacional Comum Curricular

Milene Mary Martins

Diva Souza Silva

Vanessa Matos dos Santos

O presente artigo trata da relação da interface comunicação/educação com o documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)¹ e propõe analisar as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver e que relaciona comunicação, informação, mídia e educação.

A intenção é responder algumas questões relacionadas à interface comunicação/educação que surgiram com as discussões da construção da proposta curricular ao longo dos últimos anos e, posteriormente, com a homologação da BNCC em 20 de dezembro de 2017. Ficou evidente que o campo da interface comunicação/educação foi incluído pela primeira vez na proposta curricular

1 BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - MEC Brasília, DF: 2018.

educacional a nível federal. A questão é, de que maneira a interface comunicação/educação foi contemplada nas competências gerais da educação Básica?

O objetivo principal é compreender o potencial da interface comunicação/educação anunciados sob forma de competências na nova proposta curricular apresentada pela BNCC. Os objetivos específicos são identificar as questões relacionadas à comunicação, informação e educação na proposta curricular e refletir sobre possibilidades pedagógicas para que os alunos desenvolvam tais competências.

A inter-relação entre comunicação e educação evidencia um campo denominado Educomunicação, a qual pode ser entendida como os

[...] conjuntos das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos, em espaços educacionais ou virtuais, assim como a melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as relacionadas ao uso de recursos da informação no processo de aprendizagem (SOARES, 2002, p. 24).

A área de estudo da educomunicação há muito tempo reivindica espaço nos currículos da educação escolar, por meio de demandas de pesquisadores e educadores, as quais foram atendidas na BNCC, considerando uma inovação acrescentar nas competências gerais para a educação básica a perspectiva comunicacional e informacional da educação.

1 - Análise da BNCC

1.1 O movimento por uma base curricular única

As primeiras menções à base curricular surgiram durante as discussões das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNE)². Em 2013 teve início o Movimento pela Base Nacional Comum, organizado por um grupo não

2 BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. (DCNE) Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

governamental que buscava facilitar a construção de uma proposta curricular unificada e de qualidade. Foram promovidas várias ações desde então, sendo a primeira delas logo após a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE)³. Deu-se a publicação de um documento em 2014 pela Secretaria de Educação Básica (SEB) onde apresentava o objetivo de redução das desigualdades regionais e garantia da aprendizagem para todos os alunos nas diferentes regiões do país. Foi aberto um canal de consultas públicas onde participaram a sociedade civil, acadêmicos, pesquisadores, docentes, discentes, especialistas em educação e currículo, dentre outros. Em 2015 foi apresentada a primeira versão e no ano de 2016 a segunda versão. Ainda em 2015 e 2016 tiveram início os seminários estaduais e audiências públicas que se estenderam até 2017, analisando as primeiras versões.

Só então a proposta foi encaminhada para o Conselho Nacional de Educação (CNE). Em 2018 foi promulgada a BNCC da Educação infantil e da Educação básica, a qual está sendo implantada pelas secretarias de educação estaduais e municipais com data limite até 2020.

Fizeram parte das discussões sobre o documento associações e institutos nacionais de incentivo à pesquisa e estudos em educação e currículo, além de universidades públicas, organizações representativas de alunos, docentes e gestores, conselhos e fóruns de dirigentes educacionais, representantes da educação privada, dentre outras esferas.

Também participaram das discussões colaboradores de institutos e fundações ligadas ao empresariado, como a Fundação Ayrton Senna, Fundação Lemann, Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Itaú Social, Todos Pela Educação e outros. Mesmo a educação sendo uma demanda das políticas públicas, a BNCC foi concebida como proposta de caráter unificado para garantir a qualidade da educação a partir da intersecção dos discursos de agentes públicos e privados.

3 BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. MEC. Brasília, DF: 2014.

A BNCC é um documento normativo e se aplica à educação escolar pública e privada de todo o país. Em conformidade com o PNE, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (DCNE) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)⁴, a BNCC foi elaborada para definir o conjunto de aprendizagens que os alunos devem desenvolver ao longo das etapas da educação básica e alinhar as políticas educacionais dos âmbitos Federal, Estadual e municipal, superando a descontinuidade das políticas educacionais anteriores. A BNCC tem o objetivo de garantir a qualidade na educação, o acesso e a permanência na escola, além de um conjunto comum de aprendizagens a todos os estudantes, visando a formação de um cidadão integral e uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Nessa linha, para o Ministério da Educação, o currículo tem uma importância muito grande no contexto escolar, pois é um documento norteador das práticas pedagógicas e visa garantir a qualidade e a oferta do ensino. Ele abrange desde conteúdos, organização, sequência, métodos e práticas educativas até os processos avaliativos.

O currículo tem sido objeto de pesquisa de estudiosos e de sujeitos envolvidos no processo educacional e se apresenta como um campo em constante movimento que passa por reelaborações ao longo dos anos para atender a demanda da sociedade. É importante registrar que o currículo apresentado como oficial tem sido visto, por muitos especialistas, como uma força controladora. Nesse contexto, o Estado é identificado como uma instância superior, exercendo seu poder para elaborar documentos com o objetivo de unificar conteúdos e criar modelos de competências para uma proposta curricular de acordo com seus interesses.

1.2 Reações ao projeto governamental sobre uma base curricular comum

De todos os modos a BNCC é o documento mais recente que se refere ao currículo, e podemos observar os reflexos do contexto social, político, econômico e social do momento atual nas suas propostas. Mesmo a BNCC tendo contribui-

4 BRASIL. Lei nº 9.394/1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Diário oficial da união, Brasília, DF: 1996.

ções de todos os setores da educação, muitas são as críticas sobre o desenrolar de sua construção. Muitos foram os atores que participaram das diferentes etapas da sua construção e, com isso, o jogo de interesses foi moldando as versões do documento até chegar à versão final.

Na verdade, a nova proposta curricular divide opiniões, o que reflete os campos de disputas em torno do currículo. Existe um grupo que defende as inovações contemporâneas da BNCC, além das aprendizagens básicas garantidas pelas competências gerais. Por outro lado, os críticos da proposta curricular afirmam que a unificação dos conteúdos pode gerar uma educação não reflexiva, desconectada da realidade social, padronizada e mercadológica.

Segundo Arroyo (2011), a construção da concepção de currículo como campo de disputa teórica, econômica e de poder não é nova. No Brasil, ao longo das últimas décadas as discussões que envolvem currículo se desenvolveram sob a visão de políticas neoliberais, na qual agentes políticos e privados, como representantes do mercado financeiro e corporações empresariais, influenciaram na elaboração das propostas curriculares.

Essas propostas curriculares neoliberais não são neutras. Elas têm a intenção de formar os sujeitos para o mundo do trabalho, mas também para um conformismo de classe. Para romper com essa perspectiva de currículo neoliberal, Giroux (1997) afirma que os professores devem assumir o seu potencial como profissionais ativos, reflexivos e transformadores, e que utilizem do pensamento crítico para problematizar o que é dado como verdade e a linguagem para possibilitar formação de conhecimento e opinião pelos próprios professores e alunos.

As competências gerais da BNCC trazem referências à interface comunicação/educação, o que possibilita a efetivação de práticas educacionais. Na BNCC, a definição de competências é: “Mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo” (BRASIL, 2018, p. 6). Ao orientar as propostas pedagógicas a partir do desenvolvimento de competências, a BNCC define o que os alunos devem saber e o que devem saber fazer.

Para Arroyo (2011), os modelos de competências podem reduzir o ensino a um treinamento, com fórmulas descontextualizadas e aplicação de metas avaliativas, além de secundarizar a autoria dos docentes e discentes. Ao substituir o protagonismo dos sujeitos envolvidos no processo educacional, o controle desse processo passa para o mercado, que busca formar para o consumo e para a produção. Os currículos passam a padronizar os conteúdos, propor metas e matematizar os resultados escolares.

Este artigo não tem a intenção de aprofundar a discussão sobre as visões diferentes sobre o conceito de competências na educação, mas analisar as características educacionais presentes nas competências gerais da BNCC.

2 - Comunicação, educação midiática e informacional na BNCC

Antes de analisarmos as competências gerais é importante ressaltar o papel de destaque da comunicação e da educação midiática na proposta curricular. A BNCC ressalta a importância do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nos processos de ensino aprendizagem, que tem como um dos objetivos formar os alunos para a produção e o consumo dos recursos midiáticos. Segundo Soares (2016), existe na proposta da BNCC a intenção em favorecer aos estudantes o contato com o universo da comunicação que transparece um alinhamento intencional com um programa de alfabetização midiática e informacional.

A comunicação foi contemplada nas competências como forma de alcançar os resultados esperados na formação dos alunos. Desses educandos é esperado: domínio das múltiplas linguagens; uso crítico dos recursos da informação; capacidade expressiva da fala, escrita e artes; condições de consumir, produzir e transmitir a informação de forma consciente e crítica; habilidade de mediar conflitos a partir do diálogo; além de condições de gerir as relações de comunicação dentro e fora do ambiente escolar.

A comunicação pode ser considerada um componente transdisciplinar, uma vez que, além de presente nas competências gerais e nos direitos de aprendizagens, também contribui com todas as áreas de conhecimento, não apenas a área de linguagens. A comunicação está presente no processo de leitura, pro-

dução e compreensão de informação em diferentes suportes midiáticos, o que contribui também para as áreas de conhecimentos de Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso.

O potencial transdisciplinar da comunicação necessita ser valorizado no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, as quais devem considerar também as orientações da nova proposta curricular. Nos projetos, a comunicação se apresenta como um meio para garantir a demanda curricular específica e um local para atender interesses da comunidade escolar, evitando o risco de padronização curricular, como afirma Cândido

(...) com a apresentação da Base Curricular Nacional; se não forem claros os objetivos e a abertura para os pensamentos e posicionamentos de cada escola, corremos o risco de conduzir o ensino somente pelo que foi proposto pelo documento, sem preocupação com a vontade e peculiaridades das instituições educacionais e escolares. (CÂNDIDO, 2017, p.329)

Não é recente o temor das instituições escolares de perderem, em seus novos currículos, espaços anteriormente dedicados a questões que digam respeito ao seu contexto social, por conta do reforço da BNCC em torno a conhecimentos padronizados. Constata-se, na verdade, uma tendência, que se firmou desde os meados dos anos de 1990, em consolidar padronizações curriculares, em toda a América Latina. Segundo Macedo (2014), desde então as políticas públicas educacionais são marcadas por intervenções centralizadoras no currículo.

Como afirma Veiga (2001), o currículo não é um produto neutro e espontâneo, mas, ao contrário, é uma prática determinada histórica e culturalmente, pelos diferentes contextos sociais. Esta é a razão do predomínio da perspectiva centralizadora na construção dos currículos, em nosso continente.

Fazendo frente a esta proposta educacional, centralizadora, a presença da educação, ao trazer novas perspectivas para as relações culturais ente alunos, professores e as próprias comunidades, poderá motivar novos procedimentos que valorizem formas coletivas, autônomas, socialmente contextualizada de se implementar a educação, através de currículos mais abertos à realidade.

3- Educomunicação nas competências gerais da BNCC

No documento da base as competências gerais equivalem às capacidades e expectativas de aprendizagem dos alunos, constituindo um conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, bem como a mobilização destes conhecimentos para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do exercício da cidadania e da participação no mundo do trabalho.

Soares participou efetivamente das discussões em torno da elaboração da BNCC em todas as suas versões, insistindo na hipótese de que a educomunicação caberia muito bem no espaço da BNCC. Os princípios sempre foram pautados por uma educação que “(...) privilegie a formação para o exercício do direito universal à expressão e à comunicação” (p.1) De acordo com suas análises, Soares (2018), afirma que mais da metade das competências gerais mantêm vínculo teórico ou metodológico com a interface comunicação/educação, destacando a denominada “Área de Linguagens”.

Em um questionamento fundamental, Soares (2018) aponta: “Que papel o novo projeto confere a uma área de particular interesse tanto para a denominada “inovação” quanto para a “formação integral”: a educação midiática e informacional?”. (p.3). E afirma que sim, que a Educação Midiática chegou às metas governamentais.

Foi uma surpresa constatar que tema tão circunscrito na tradição pedagógica brasileira tenha obtido espaço significativo em cada uma das três sucessivas versões da BNCC, produzidas ao longo das duas últimas administrações federais (SOARES, 2006a e SOARES 2016b). No caso da versão definitiva da BNCC, o assunto ganha destaque, logo no início do documento, no subtítulo “Competências gerais da BNCC” (páginas 7 e 8 do documento), em que, das dez referências, seis (as de número 3, 4, 5, 7, 9 e 10), mantêm algum vínculo teórico ou metodológico com o objeto de nossa reflexão: a “educação midiática e informacional” (SOARES, 2018, p.5)

É possível constatar no documento da BNCC a comunicação tida como objeto de aprendizagem, o que cria diferentes e diversificadas possibilidades do protagonismo infantil e juvenil nas diferentes fases da educação básica.

A primeira competência da BNCC trata da maneira de construir e lidar com o conhecimento construído, conforme descrito:

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (BNCC, 2018, p. 7)

Já na primeira competência é possível perceber a valorização dos conhecimentos, entre eles o digital, como parte da realidade e essencial à construção de uma sociedade mais igualitária. Essa competência extrapola o ambiente escolar e interfere na realidade social dos alunos.

A competência geral de número três refere-se à produção cultural e artística e tem como área de intervenção educacional⁵ a expressão e comunicação pelas artes: “Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural” (BNCC, 2018, p. 7). Nesta competência é possível perceber a valorização e o incentivo à produção de práticas diversificadas de cultura e arte, rompendo com o perfil apenas de sujeitos consumidores. Também faz

5 “As “áreas de intervenção” do campo da Educomunicação são representadas pelas atividades exercidas pelos profissionais para atender as demandas que se fazem presentes na práxis educacional. Ainda que distintas, as áreas se articulam epistemologicamente por traduzir na prática a teoria da Educomunicação”. “- Área da Gestão da Comunicação nos espaços educativos; - Área da Educação para a Comunicação (Media education, Media Literacy) - Área da Mediação Tecnológica na prática educativa; - Área da Expressão Comunicativa através das Artes; - Área da Pedagogia da Comunicação; - Área da Produção Midiática a serviço da educação; - Área da Reflexão Epistemológica sobre o campo da educomunicação.” https://uspdigital.usp.br/apolo/apoObterAtividade?cod_oferecimentoatv=59273 Acesso em: 07 abr.2020.

referência à importância da valorização das manifestações de todas as esferas, desde as locais até as mundiais, o que valoriza as culturais populares.

A quarta competência apresenta a relevância da linguagem e informação; como áreas de intervenção educ comunicativa podemos citar a educação para a comunicação e a pedagogia da comunicação⁶.

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como libras e escrita), corporal, visual, sonora e digital, bem como conhecimentos das linguagens artísticas, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. (BNCC, 2018, p. 7)

A linguagem aparece como forma de expressão de ideias e sentimentos, além de compartilhar informações e conhecimento. Lembrando que a linguagem é um dos recursos da Educomunicação para a sua efetivação nos espaços sociais e educacionais.

A quinta competência trata da importância da tecnologia na educação e tem como áreas de intervenção educ comunicativa a mediação tecnológica e a educação para a comunicação.

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BNCC, 2018, p. 7)

6 “(...) a pedagogia da comunicação relaciona-se a procedimentos “que qualificam a aprendizagem, criando condições de alteração – para melhor – da própria prática pedagógica” (SOARES, ALMEIDA, 2012, p. 123). Nela se auxilia os “professores a articular a ação comunicativa no trabalho didático” (SOARES, 2000b, p. 63).”. (ALMEIDA, 2016).

O fato de a tecnologia estar presente no cotidiano da sociedade e no ambiente escolar explicita a necessidade de dominar o uso desse recurso e tirar proveito das inovações tecnológicas para melhorar as condições de aprendizagem e de vida em sociedade. Tanto na quinta quanto na quarta competência fica evidente a ênfase que o documento dá à necessidade de inovação tecnológica no processo educacional, sendo que a tecnologia no ambiente educacional aparece como aliada no desenvolvimento das habilidades cognitivas e socioemocionais dos educandos.

Na sétima competência mais uma vez aparece a temática da informação. As três últimas competências trazem temas das áreas de intervenção educacional e gestão da comunicação.

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. (BNCC, 2018, p. 7)

Na sociedade do conhecimento e da informação, com a velocidade da circulação das informações, é imprescindível saber distinguir as informações verídicas e confiáveis para construir opiniões e decisões. A interface comunicação/educação poderá contribuir com a formação dos receptores.

A competência nove ressalta a importância do diálogo,

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BNCC, 2018, p. 8)

Novamente a importância do diálogo aparece nas competências, dessa vez como possibilidade de resolver conflitos e problemas, buscando valorizar a diversidade e identidade cultural, bem como garantir os direitos humanos.

Na décima competência temos: “Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários” (BNCC, 2018, p. 8). Esta competência retrata a ação de sujeitos críticos, participativos, éticos e solidários que representam uma sociedade justa, democrática e inclusiva. A Educomunicação pode contribuir para a formação desses sujeitos no âmbito escolar, efetivando a participação destes na sociedade.

4 - Proposição metodológica e práticas educacionais

O documento não especifica com clareza como acontecerão os aprendizados aos quais as competências dizem respeito. Essa é uma proposta que cabe às secretarias e órgãos responsáveis pela educação nas esferas estaduais e municipais junto à comunidade escolar discutir, planejar e implementar.

Como sugestão para explorar o potencial educacional da BNCC, apontamos algumas áreas de intervenção que podem ser desenvolvidas por meio de metodologias, projetos, planos de ação, propostas para as escolas e seus sujeitos. As áreas de intervenção são: Gestão da comunicação nos espaços educativos; Educação para a comunicação; Mediação das tecnologias na educação; e Expressão comunicativa através das artes.

Para Soares (2018) os projetos e planos de ação possibilitam o resgate do protagonismo dos professores e alunos ao proporcionar espaço para o diálogo e a participação.

A metodologia interfere nas relações de aprendizado dentro do espaço escolar, é ela que relaciona os recursos, dentre eles os tecnológicos com os processos, o que culmina em práticas direcionadas para o desenvolvimento dos alunos. A metodologia deve pensar na tecnologia não apenas como aparelhos, mas como uma possibilidade de recurso a ser entendido, apropriado e utilizado pelos alunos para aprender e melhorar suas vidas.

Investir em práticas criativas, expressivas e comunicativas, relacionadas ao conceito de Educomunicação, pode contribuir para alcançar as competências relacionadas à interface comunicação/educação. Alguns exemplos são projetos comprometidos com a demanda social local, projetos de educação para o exercício da leitura crítica da mídia, produção midiática solidária e educação formativa sobre os meios.

Selecionamos três das áreas de intervenção da Educomunicação citadas anteriormente para ressaltarmos a importância para o planejamento de práticas educativas. Elencamos algumas sugestões de práticas, projetos e ações relacionadas às áreas de intervenção educacional.

A gestão educacional pode garantir as ações práticas no ambiente escolar, garantindo a efetivação dos projetos de caráter social, local e regional. A gestão dos processos educacionais, além de permitir uma organização interna favorável à autonomia comunicativa dos sujeitos escolares, professores e alunos, permite que estes sejam construtores de práticas sociais, produtores de mensagens e usuários dos sistemas de informação.

Algumas ações que envolvem a gestão educacional no espaço escolar podem ser projetos que amplifiquem as vozes de alunos e professores nas escolhas e decisões que fazem parte do cotidiano escolar. Esses projetos podem ser veículos de comunicação como rádio estudantil, revistas, jornais escolares impressos e digitais, além de grêmios estudantis, assembleias, colegiados, chats ou fóruns com representatividade de alunos, professores e gestores educacionais. As propostas de projetos que permitem a gestão educacional no espaço escolar têm como ponto forte a comunicação através do diálogo para mediar as ações de ensino aprendizagem no espaço educacional.

A educação para a comunicação tem na mídia-educação um campo de formação dos alunos. É em contato com o sistema midiático que os alunos conseguem analisar criticamente a produção de notícias, a publicidade e o papel da mídia na sociedade de mercado, além de compreender que a assimetria de informações de diferentes fontes, tirando proveito do seu acesso para buscar qualidade de vida e garantia de direitos.

Para a autora Lopes (2011), os meios de comunicação e a forma que são recepcionados pela sociedade são influenciados pelo trabalho pedagógico com quem os recebe. A mediação é muito importante no processo de empoderamento da informação, a maneira como os sujeitos recebem, avaliam, indagam e ressignificam a informação tem impacto direto na construção de uma sociedade com acesso democratizado aos meios.

Como sugestão de prática educomunicativa temos a elaboração de campanhas de conscientização sobre temas polêmicos, como o consumo, que naturalmente expandirá as críticas para uma cadeia de temas relacionados de igual relevância, como as consequências do consumo para o meio ambiente, a produção industrial, a utilização dos recursos naturais, a produção de lixo, a relação da mídia de mercado e o consumo. Além da consciência crítica e do discernimento entre a informação verídica, a manipulação, a prática educomunicativa, busca também formar um cidadão mais engajado na produção de conteúdo relevante, disseminação de ideias e informações.

A mediação tecnológica nos espaços educativos diz respeito ao uso dos recursos tecnológicos para as práticas comunicativas e a democratização ao acesso desses recursos. Os sujeitos se tornam protagonistas não apenas no espaço escolar, mas também nos espaços coletivos abordando questões da prática cidadã.

A sugestão de prática educomunicativa que contempla a mediação tecnológica nos espaços educativos é o uso de tecnologias já existentes no espaço escolar ou acessíveis aos alunos, como celulares para registrar temas ou situações que contribuam para o processo de ensino aprendizagem. O uso das tecnologias proporciona o protagonismo comunicativo e produtivo dos alunos, encorajando-os a extrapolar os limites da escola e aplicar a situações do cotidiano social. Essas foram algumas proposições de práticas educomunicativas que podem contribuir para efetivar as propostas apresentadas nas competências do documento do Ministério da Educação (MEC) para a educação básica. É importante lembrar que as competências são gerais para todos os níveis da educação básica, o que não deve ser uma barreira para as práticas educomunicativas no ensino fundamental, e mesmo na educação infantil.

5 - Considerações finais

Com base nas reflexões apresentadas é possível observar que o texto da BNCC, ao apresentar as competências gerais, possibilita uma relação com a interface comunicação/educação. A Educomunicação pode contribuir para a construção de um canal de comunicação no âmbito da educação escolar e colaborar como fator modificador da realidade social.

A importância despendida pelo documento para a inovação tecnológica e a educação midiática e informacional transparece o anseio de acompanhar os avanços da sociedade em que vivemos. Mas, apenas formar alunos usuários competentes não é o suficiente e a BNCC não apresenta os caminhos para a formação de alunos criadores de tecnologia e informação. Entendemos que esses caminhos são desafios que devem ser pensados e considerados durante as reelaborações das diretrizes curriculares nacionais, estaduais e municipais.

A Educomunicação deve ser a relação de diálogo que incentiva o protagonismo dos estudantes no seu processo de ensino-aprendizagem. Para que esse protagonismo aconteça de fato, é necessária a organização de projetos e propostas de trabalho no ambiente escolar que considerem a realidade social local, os anseios dos alunos, que possibilite espaços de fala e escuta, que busque por soluções de problemas do espaço escolar e social dos alunos.

Os objetivos da aprendizagem e da formação social dos sujeitos devem buscar a igualdade, democracia e cidadania, mas para alcançar esses objetivos será necessária a implementação de práticas e metodologias que permitam os sujeitos alcançarem sua emancipação através do protagonismo no contexto escolar, evitando assim o risco de caírem na armadilha da educação instrumentalista e bancária.

Referências

AGUIAR, S. Márcia Angela; DOURADO Fernandes Luiz (orgs). A BNCC na Contramão do PNE 2014-2024: Avaliações e Perspectivas. Recife: ANPAE, 2018. [Livro eletrônico]. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/website/documentos/BNCC-VERS-FINAL.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

ALMEIDA, Ligia Beatriz Carvalho de. Projetos de intervenção em educomunicação. 2016. Disponível em: [http://issuu.com/ligiacarvalho77/docs/as_reas_de_intervencao_da_educao/1](http://issuu.com/ligiacarvalho77/docs/as_reas_de_intervencao_da_educao). Acesso em: 07 abr. 2020.

ARROYO, G. Miguel. Currículo, território em disputa. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

CÂNDIDO, Rita de Kássia; GENTILINI João Augusto. Base Curricular Nacional: reflexões sobre autonomia escolar e o Projeto Político-Pedagógico. RBPAAE - v. 33, n. 2, p. 323 - 336, mai./ago. 2017. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21669>>. Acesso em: 07 out. 2018.

CÓSSIO, Maria de Fátima. Base comum nacional: uma discussão para além do currículo. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.12, n.03. p. 1570-1590, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21669>>. Acesso em: 07 out. 2018.

GIROUX, Henry A. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Trad. Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes médicas, 1997.

LOPES, V. Maria Immacolata. Pesquisas de Recepção e educação para os meios. In: CITELLI, Adilson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho (orgs.). Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento, p. 43-52, São Paulo: Paulinas, 2011.

MACEDO, E.; FRANGELLA, R. C. P. Apresentação – Políticas de currículo ou base nacional comum: debates e tensões. Educ. rev. [online]. 2016, vol.32, n.2, pp.13-17. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/2vbtm6>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

_____. Base nacional curricular comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1530 – 1555, 2014, Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/issue/view/1331>> Acesso em: 07 out. 2018.

SOARES, Ismar de Oliveira. Construção de roteiros de pesquisa a partir dos livros da coleção Educomunicação. Comunicação e educação (USP), v.19, n. 2, p. 135-142, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comeduc/article/view/81225/87487>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

_____. A Educomunicação possível: uma análise da proposta curricular do MEC para o Ensino Básico. *Comunicação & Educação (USP)*, v. 21, p. 13-25, 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/110451/112708>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

_____. Inovação na gestão e nas práticas pedagógicas: a contribuição da Educomunicação para a renovação da base curricular nacional. In: Congresso de Educação Básica, 7, 2018, Florianópolis. Disponível em: <<http://189.8.211.4/coeb2018/anais/artigospalestrantes/inovacao-gestao.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

_____. Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação. 2002. *Comunicação & Educação*, (23), 16-25. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i23p16-25>

_____. Educomunicação: um campo de mediações. In: *Comunicação & Educação, Brasil*, n. 19, p. 12-24, dez. 2000. ISSN 2316-9125. Disponível em: . Acesso em: 14 Dez. 2014.

_____. *Educomunicação, o conceito, o profissional, a aplicação*. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. Educomunicação: as perspectivas do reconhecimento de um novo campo de intervenção social O caso dos Estados Unidos. *EccoS Revista Científica [online]*, p. 61-80, 2 (dezembro), 2000b. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71520205>>. Acesso em: 18 ag. 2015.

SOARES, Ismar de Oliveira; ALMEIDA, Benedita de. Pesquisa-ensino: a comunicação escolar na formação do professor. *Comunicação & Educação, Brasil*, v. 17, n. 1, p. 121-126, jun. 2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

Sobre as autoras

Milene Mary Martins - Prof^a. Esp. Milene Mary Martins Especialista em Docência na Educação Infantil pela UFU (2016), Mestre em Tecnologias, Comunicação e Educação pela UFU. Atuação na educação básica da rede municipal de educação de Uberlândia. Uberlândia MG - E-mail: milenemmartins@yhoo.com.br

Vanessa Matos dos Santos - Prof^a. Dr^a. Vanessa Matos dos Santos, Doutora em Educação Escolar pela UNESP (2013); Doutora em Meios e Processos Audiovisuais pela USP (2017) e Mestre em Comunicação Midiática pela UNESP (2007). Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação (PPGCE) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) com atuação da graduação em Jornalismo na mesma instituição. Pesquisadora do GTECOM. E-mail: vanmatos.santos@gmail.com

Diva Souza Silva - Prof^a. Dr^a. Diva Souza Silva, Doutora em Educação (UFMG 2010); Mestre em Comunicação Social (UMESP 2002). Docente no Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação PPGCE da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Tutora PET/Conexões/Educomunicação. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Tecnologias, Comunicação e Educação – GTECOM. Uberlândia MG - E-mail: divasilva.73@gmail.com